

O JAPÃO DE ALUÍSIO AZEVEDO

Luiz Dantas*

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão se iniciam em 1895, quando os dois países assinam o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação*. Dois anos depois, em outubro de 1897 chega a Yokohama o seu primeiro vice-cônsul, Aluísio Azevedo, o romancista-diplomata. Desse encontro, surge um projeto de livro, *O Japão*. Entretanto, os desencontros ocorrerão também, a impossibilidade de editá-lo lá mesmo no Japão, no momento e forma desejados pelo autor, as viagens consecutivas do diplomata ao acaso da carreira, dissabores e impecilhos. E do livro, que seria o primeiro documento literário marcando a "descoberta" do Japão por brasileiros, resta um fragmento de proporções razoáveis, cujos manuscritos são conservados pela biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Ele foi objeto há alguns anos de uma edição anotada: Aluísio Azevedo, *O Japão*, São Paulo, Roswitha Kempf/Editores, 1984, com apresentação e comentários de Luiz Dantas.

O texto editado corresponde aos originais preparados por Fernando Nery, secretário da biblioteca da Academia Brasileira de Letras, e compreende um conjunto de cinco capítulos consagrados e uma apresentação histórica e cultural da civilização japonesa. O restante do livro inacabado permanece ainda hoje entre os herdeiros argentinos do romancista, e portanto é inédito. Entretanto, a partir dos capítulos iniciais, e até das passagens transcritas logo a seguir, é possível situar algo das intenções do livro, que recusava declaradamente o "japonismo" pitoresco *fin de siècle*, posto em voga por Pierre Loti e pelo sucesso estrondoso da *Madame Chrysanthème*. Trata-se de um estudo histórico no sentido amplo, colecionando informações, retrato dos homens ilustres, lendas nacionais, costumes, e impressões bastante raras das coisas vistas. A prosa é sóbria. As informações de Aluísio Azevedo provinham quase todas de fontes francesas e, em particular, dos dois volumes do *Le Japon de nos jours*, de Georges Bousquet, publicado em 1877. O estudioso francês forneceu a Aluísio um conjunto sólido e atualizado daquilo que os ocidentais conheciam sobre o Japão recém descoberto.

O olhar do romancista brasileiro será marcadamente nostálgico diante do país que ele observa a partir de Yokohama, sede dos contatos comerciais e diplomáticos dos ocidentais no Japão, cidade moderna, sem características, apartada do restante do país. Neste ponto, Aluísio Azevedo compartilha os sentimentos da geração inteira dos "japonistas", que tinha diante dos olhos, por um lado, os vestígios intactos de dois séculos e meio de uma civilização fechada sobre si mesma, e por outro os numerosíssimos sinais e marcas de uma modernização desenfreada. Aluísio, então, da mesma forma que um Wenceslau de Moraes, um Lafcadio Hearn ou o próprio Pierre Loti, oscilará entre a fascinação pelo "autêntico" e o horror pela banalização do Japão contemporâneo. A sua atitude intelectual é a da busca dos elementos para a compreensão do país tradicional, e o repúdio sem atenuações daquilo

* Professor do IEL/UNICAMP.

que é familiar, porque cosmopolita. Neste caso, todas as transformações para ele tiveram origem nas próprias engrenagens do imperialismo ocidental. Curiosamente, Aluísio Azevedo não viu o quanto o Japão da passagem do século já era parte desses mecanismos, e o quanto a abertura para o intercâmbio internacional e a modernização haviam sido provocadas do próprio interior. No outro caso, a perseguição da tradição evanescente era tarefa das mais árduas, pelas barreiras lingüísticas, pela precariedade dos estudos especializados de então e pelo caráter efêmero de sua estada. Neste campo, porém, o livro é mais otimista:

EXCERTOS

“Graças à recente vulgarização das crônicas japonesas dantes inacessíveis a todo e qualquer estrangeiro, poucos segredos haverá de virgindade inteira sobre o Japão remoto, e nenhum absolutamente a respeito dos fatos políticos que no moderno determinaram a restauração micadoal, podendo-se num punhado de capítulos desprezíveis dar exata notícia do que foi aquele passado, outrora tão misterioso e sem fundo, e do que vem a ser ao justo essa famosa revolução que num momento de frenesi histórico derrocou, em nossos dias, um mundo insondável de tradições acumuladas durante vinte e dois séculos de sigilo nacional. Isto, conquanto um pouco fora do meu programa, faz-se indispensável para clareza do resto desta singela obra de impressões pessoais; sem contar que o caso é de si bonito e novo, pois começa poeticamente por uma lenda maravilhosa e risonha, palpitante de quimeras e ficções divinas, e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional, com seus ministérios de casaca bordada, com as suas secretarias de Estado e os seus competentes amanuenses de calça puída, e até, acreditai se quiserdes! com o pálido bacharel apenas desabrochado da academia sem outro ideal na vida além de apanhar por empenho qualquer emprego público”(p.41).

“É com efeito durante aquela extensão pacífica que atingiram a sua mais linda plenitude as artes e as indústrias japonesas, caindo depois vertiginosamente com a revolução e ameaçando hoje em dia desaparecerem para sempre, estioladas de todo pela macaqueação da arte européia e do industrialismo cosmopolita e banal. Os artistas japoneses então diretamente protegidos pelos daimos senhoriais, não faziam obra de afogadilho destinada ao comércio, que só em muito pequena escala existia no Japão. Como tinham vida garantida pelo príncipe a que serviam, e absolutamente despreocupada de necessidades materiais ou de ambições burguesas, trabalhavam sem impaciência, sem pressa de acabar, e só cuidadosos da perfeição e requintado esmero. Daí essas inverossímeis maravilhas de laca, de bronze, de esmalte, de mosaico, de porcelana, e todas as outras mil inapreciáveis coisas, das quais neste sincero livro muito tenho que vos referir; coisas que nunca mais se repetiram depois daquele tempo áureo e que, – infelizes dos olhos futuros! – nunca mais se farão em parte alguma do mundo”(p. 89).

“O produto de cada feudo era consumido pelo próprio feudo, não havia por bem dizer outra permuta fora da produção industrial e da produção agrícola; o mercador intermediário não estava classificado, porque também não existia ainda capital em giro de especulação. O organismo político do Estado, como a própria economia do povo, achavam-se na mais sinérgica integridade de equilíbrio e força; neles não se acusava nenhum dos vírus que na Europa perturbaram e destruíram o sistema congênere; não havia questão religiosa; não havia rivalidades dinásticas em luta, nem reivindicações filosóficas e populares contra o direito divino do Trono ou contra a autonomia civil e militar do Shogum; não havia tendências igualitárias, transbordamento industrial dos limites que às competentes classes lhes traçavam as leis ieiasinas; a vida era fácil e simples, o país abundante; o clima em geral benigno, os padrões afáveis, o caráter do povo risonho e doce, como recomendou Iaiás, a fartura das terras e das águas afastava toda e qualquer insurreição de inferiores famintos contra superiores fartos; o patriarcalismo dos costumes, a sobriedade, o gosto da nudez; a ausência da moda, o enlevo amoroso pela natureza, punham a população ao abrigo dos apetites brutais e dos vícios caros e vaidosos de que se fazem os pronunciamentos e as plutocracias. Não se acusava no corpo da nação o menor sinal dessa implacável moléstia oriunda dos Estados Unidos da América do Norte – a Febre do milhão, a cujo alucinador contágio nenhum país ocidental escapou até hoje; o dinheiro ainda servia só para ser gasto e não para ser multiplicado pela tabuada dos filhos de Israel; o capital ainda não era capital, era coisa secundária, não se tinha transformado em força viva e roda dentada que engrena, arrasta, mastiga e babuja a moral, o talento, o amor e o caráter da melhor porção do mundo moderno. Ninguém se azafamava correndo atrás dos galopantes cavalinhos de Dona Isabel, e não havia por conseguinte encontrões, nem choques, nem trambolhões, suicídios só por amor, por desafronta de honra ou em piedosa homenagem à morte de um amado chefe, militar ou doméstico, a quem por íntimo e espontâneo voto de lealdade se tivesse consagrado a vida. O shogum era olhado pela população como um pai severo e bom, e o Micado como um taumaturgo padroeiro, compassivo e brando, em cuja influência divina contavam todos para obter entrada no céu. A Nobreza, abençoada e quieta, desfrutava em respeitável paz os prazeres do espírito adubados com as delícias coreográficas que lhe davam entre sorrisos as *maikos* e as *gueixas*; livre e ainda forte para gozar, já impotente e manietada para levantar desordens. O povo pelo seu lado tinha tudo o que lhe desejava o coração ainda simples: as suas festas civis e religiosas, os seus espetáculos e justas de lutadores, os seus arraiais e os seus fogos de artifício. As relações sociais e as regalias públicas eram, como as relações e as regalias dos poderes constituídos, metodicamente e pontualmente exercidas e observadas. Enfim – a nação era feliz”(p. 90-2).